

A QUESTÃO DA BÍBLIA FALSA: ACUSAÇÕES A UM MISSIONÁRIO PROTESTANTE EM GOIÁS

THE ISSUE OF THE FAKE BIBLE: ACCUSATIONS AGAINST A PROTESTANT
MISSIONARY IN GOIÁS

Ciências Humanas • 09/07/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/783196561](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/783196561)

Ordália Cristina Gonçalves Araújo¹

Yuke Yhen Duarte²

RESUMO

O propósito deste artigo é analisar os conflitos religiosos entre católicos e protestantes, decorrentes da acusação católica de que os protestantes utilizavam uma versão falsa da Bíblia. A pesquisa destaca a atuação do missionário protestante Archibald Tipple no processo de expansão do protestantismo em Goiás. A questão central do conflito estava relacionada às diferenças entre as versões bíblicas católica e protestante, bem como às disputas pela autoridade e legitimidade das Escrituras. Como fonte primária da pesquisa, utiliza-se a obra do missionário Archibald Tipple, *Bandeirantes da Bíblia no Brasil Central*, na qual são apresentados relatos sobre sua experiência missionária e os conflitos religiosos vivenciados durante sua atuação no Brasil Central.

Palavras-chave: Protestantismo no Brasil; Bíblia Falsa; Conflitos Religiosos; Protestantismo em Goiás; Morrinhos.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the religious conflicts between Catholics and Protestants arising from the Catholic accusation that Protestants used a false version of the Bible. The research highlights the role of the Protestant missionary Archibald Tipple in the process of Protestant expansion in Goiás. The central issue of the conflict was related to the differences between Catholic and Protestant biblical versions, as well as disputes over the authority and legitimacy of the Scriptures. As the primary source for this research, the work of the missionary Archibald Tipple, *Bandeirantes da Bíblia no Brasil Central*, is used, in which accounts of his missionary experiences and the religious conflicts experienced during his work in Central Brazil are presented.

Keywords: Protestantism in Brazil; False Bible; Religious Conflicts; Protestantism in Goiás; Morrinhos.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Matos (2008a), por vários séculos, a maioria dos grupos protestantes da Igreja Reformada manteve-se concentrada na Europa e na América do Norte. Houve algumas exceções, como os pietistas e morávios alemães, que não se limitaram a esses dois continentes. Em contrapartida, o catolicismo difundiu-se por praticamente todos os continentes. O catolicismo no Brasil esteve presente como responsável pela evangelização durante um longo período. As tentativas de evangelização protestante no país ocorreram com os calvinistas huguenotes no século XVI, com os holandeses no século XVII e, por fim, com grupos ingleses e norte-americanos no século XIX. A princípio, por intermédio das Sociedades Bíblicas e, posteriormente, com o envio de missionários.

O avanço protestante ocorreu em decorrência dos grandes avivamentos em ambos os lados do Atlântico Norte. Os missionários que vieram ao Brasil tiveram um papel fundamental ao auxiliar nas necessidades espirituais das igrejas, embora não tenham sido os primeiros. Antes mesmo de qualquer agência missionária atuar, as Sociedades Bíblicas desempenharam, de forma pioneira, o trabalho de evangelização. Conforme explicam Braga e Grubb (2022), as recém-formadas Sociedades Bíblicas começaram a atuar em 1816. Os primeiros protestantes chegaram em 1836. Essas sociedades trouxeram cópias da Bíblia em português. Isso só foi possível devido à imigração protestante, que atendeu aos interesses políticos do Império e favoreceu consideravelmente o desenvolvimento do protestantismo no Brasil.

Matos (2008a) explica que, no Brasil, no final do século XVIII, havia duas traduções da Bíblia em português: a protestante e a católica. A

Bíblia protestante baseava-se na tradução de João Ferreira de Almeida (1628–1691) e nos textos originais em grego e hebraico. Já a Bíblia católica seguia a tradução da Vulgata Latina, produzida pelo padre Antônio Pereira Figueiredo (1725–1797). A Bíblia católica, inclusive, foi distribuída no Brasil pelas Sociedades Britânica e Americana, devido à acusação de que as versões protestantes eram falsas.

Em Goiás, o protestantismo expandiu-se por meio da atuação da Sociedade Bíblica Americana. Conforme afirmam Dias e Araújo (2019, p. 156), "desde 1884 colportores e missionários protestantes andavam pelas terras goianas". Entre os principais agentes desse processo destacou-se John Boyle (1845–1892), missionário oriundo da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos. A serviço da Missão Sul de Nashville, Boyle chegou ao Recife em 1887 e, posteriormente, estabeleceu-se com sua família em Bagagem, atual município de Estrela do Sul (MG) (Dias; Araújo, 2019). Sua atuação foi decisiva para a divulgação do presbiterianismo em Minas Gerais e em Goiás. Durante suas viagens missionárias, dedicou-se tanto à propagação da fé protestante quanto à distribuição e comercialização de literatura religiosa, especialmente Bíblias e Novos Testamentos.

Além de Boyle, outro importante missionário percorreu os sertões goianos, concentrando sua atuação sobretudo na região sul de Goiás: Archibald Tipple. Segundo Tipple (2019, p. 7), ele "foi o segundo missionário a residir em Goiás"; o primeiro foi Archibald Macintyre, responsável pela evangelização do norte goiano por volta de 1920 (Araújo, 2016). Natural de Londres, Tipple veio para o Brasil a convite da União Evangélica Sul-Americana (UESA), agência missionária dedicada à expansão do protestantismo no continente. O primeiro contato de Tipple com o Brasil ocorreu em 3 de junho de

1914. Conforme a lista de passageiros do Porto de Santos³, ele desembarcou no país a bordo do navio Amazon. Na ocasião, tinha 25 anos de idade e, segundo o registro de imigração, declarou-se solteiro e identificou sua profissão como missionário protestante. As atividades missionárias de Archibald Tipple concentraram-se na cidade de Morrinhos, onde passou a residir por volta de 1915. Em 1923, fundou a Igreja Cristã Evangélica de Morrinhos, da qual foi pastor até 1942.

Cumprido destacar também que Archibald Tipple publicou a obra que constitui uma das principais fontes desta pesquisa. Sua primeira edição foi lançada em 1972, enquanto a segunda edição foi publicada em 2019. Intitulada *Bandeirantes da Bíblia no Brasil Central*, a obra apresenta o relato das experiências missionárias de Tipple e evidencia o papel desempenhado pelos colportores⁴ na difusão e distribuição da Bíblia em Goiás. Em sua atuação missionária, Tipple evangelizou as regiões rurais de Morrinhos e de municípios vizinhos, como Piracanjuba, Buriti Alegre, Itumbiara, Campo Limpo (atual Professor Jamil), Laginha e Laranjinha, Goiânia, Trindade e Anápolis.

O propósito deste artigo é analisar a acusação, recorrente em setores do catolicismo, de que os missionários protestantes utilizavam uma versão falsa da Bíblia. Nesse sentido, busca responder às seguintes questões: por que os católicos acusavam os protestantes de utilizar uma versão falsa das Escrituras? Quais foram as origens e os fundamentos históricos desses conflitos religiosos?

2. A MENSAGEM MISSIONÁRIA

O evangelho que missionários como Boyle e Tipple trouxeram, no final do século XIX e na primeira metade do século XX, estava ligado às culturas europeias e estadunidenses. A mensagem anunciada representava um embate direto contra os costumes brasileiros, motivo pelo qual houve diversos conflitos entre protestantes e católicos. Conforme explica Bonome (2024), a ética protestante trazia intranquilidade, insegurança e desassossego, justamente por ser uma crítica à cultura vigente, e não apenas uma mensagem de paz. É por esse motivo que a mensagem do evangelho se torna algo que destrutura para reconstruir. Isto é, é necessário demolir os velhos padrões culturais para, então, estabelecer o novo.

A mensagem dos missionários era o evangelho da contracultura, e o sentido era que “evangelizar é destruturar para reconstruir” (Bonome, 2024, p. 91). Foi com esse ideal que as missões mundiais avançaram, aquecidas pela experiência da conversão e do novo nascimento. Por esse motivo, o impacto da mensagem gerava nos ouvintes a expectativa de um mundo melhor. Para Bonome (2024), tratava-se de um resgate dos valores tradicionais da fé. Esse sentimento trazia esperança e impulsionava as missões estrangeiras, que instigavam homens e mulheres a contribuírem financeiramente ou até mesmo se candidatarem para ir a outros países levar a mensagem do evangelho.

Os métodos evangelísticos variaram, principalmente entre as agências missionárias dos Estados Unidos. Algumas se preocupavam em promover a cultura por meio da educação, enquanto outras preferiam evangelizar primeiro, para que o progresso viesse como consequência para a população. Ambos os métodos estiveram presentes no Brasil. Bonome (2024) explica que, no contexto brasileiro, o avanço protestante ocorreu por meio dos

grupos de colportores que distribuía e vendiam Bíblias; por meio da educação — ensinando enquanto discipulava; e por meio da saúde — cuidando do corpo e também da alma, como foi o caso de Anápolis⁵, Rio Verde⁶ e outras cidades de Goiás. Em Morrinhos, as estratégias missionárias se deram por meio da colportagem e da educação.

Mendonça e Velasques Filho (1990) informam que os colportores precederam missionários e pregadores. Eles tiveram acesso a lugares distantes e remotos, influenciando as comunidades ao fornecerem instruções básicas sobre a Bíblia, ensinarem cânticos e até mesmo orações. Por intermédio desse trabalho, surgiram muitas congregações sem vínculos denominacionais, formadas apenas por crentes que ouviram a mensagem dos colportores. Os líderes dessas comunidades eram, em geral, homens de meia-idade, leigos, mas que cumpriam o papel de pastor, médico e conselheiro. Foram esses homens os responsáveis pela vida religiosa, estando à frente da educação religiosa nesses locais.

Bonome (2024) afirma que o estado de Goiás era considerado o mais atrasado em relação a outros estados, especialmente no que se refere à educação. Braga e Grubb (2022) registram que 98% da população goiana era analfabeta. Essas informações talvez esclareçam a necessidade que os missionários tiveram de construir escolas no processo de evangelização do Brasil. A educação foi um elemento interligado ao avanço protestante. Mendonça (1995, p. 95) afirma que a educação “nunca deixou de acompanhar os missionários norte-americanos”. Ele ainda acrescenta que o protestantismo desempenhava um duplo papel nas missões: o missionário era tanto evangelista quanto professor. A educação, como estratégia missionária, incluía um corpo de trabalhadores

especializados no ensino, principalmente mulheres. Portanto, conforme explica Velasques Filho (1990), o trabalho dos mestres não se limitava à sala de aula — eles eram verdadeiros apóstolos que aproveitavam a oportunidade do contato com os alunos para visitar seus pais.

A partir desse contato, a introdução da literatura religiosa, neste caso, a Bíblia, passou a fazer parte do convívio entre missionários e leigos. A Bíblia era um instrumento amplamente utilizado, inclusive como recurso retórico; por esse motivo, deslegitimar a Bíblia protestante constituiu uma estratégia para mitigar a autoridade dos missionários protestantes. Nos próximos tópicos, abordaremos como ocorreu esse processo de deslegitimação.

3. A QUESTÃO DA BÍBLIA FALSA: A HISTÓRIA DAS VERSÕES DA BÍBLIA NO BRASIL

Karen Armstrong, na introdução de sua obra “A Bíblia”, reflete sobre a complexidade humana em sua busca por sentido. Para Armstrong, “a linguagem desempenha um papel importante nessa busca” (Armstrong, 2007, p. 2). A linguagem é primordial no processo de comunicação, pois é por meio dela que expressamos nosso mundo interior. Isso faz com que a linguagem esteja entre os limites do dito e do não dito; ela carrega um tom misterioso e inexprimível.

Esse dinamismo e essa singularidade da linguagem afetam a maneira como os religiosos leem a Bíblia. Conforme explica Armstrong (2007), para judeus e cristãos, a Bíblia é a Palavra de Deus. Porém, isso não ocorre tão somente no judaísmo e no cristianismo; em outras tradições religiosas também existem textos que são sacralizados e investidos de autoridade. Isso significa que,

para os leitores, os textos religiosos são um ponto de contato com o transcendente e, por isso, fazem desses textos uma reverência cerimonial. Em decorrência de sua leitura e interpretação, projetam uma cosmovisão que fundamenta seus padrões de moralidade e, conseqüentemente, seu comportamento. “Cada povo guarda escritos, baseados em determinada crença, que regem seu modo de vida. No caso dos povos que seguem a religião Cristã, predominante no Brasil, esses escritos se reúnem em um principal livro, a Bíblia Sagrada” (Pereira; Leite; Florêncio, 2021, p. 2).

Essa ideia de que a Bíblia é a Palavra de Deus faz dela um instrumento de conflitos. Alguns adicionam textos, e outros os retiram por não verem neles autoridade. A versão escolhida depende do seu público. Para os judeus, quando se mencionam textos sagrados, trata-se da Torah e do Tanach. Os católicos adicionam os livros deuterocanônicos, enquanto os protestantes retiram esses mesmos livros e os chamam de apócrifos.

As cópias da Bíblia protestante que chegaram ao Brasil foram fruto do trabalho da Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira (SBBE). De acordo com Rita Mendonça Leite (2017), uma das controvérsias que marcaram a história dessa sociedade bíblica ocorreu entre os anos de 1837 e 1839, em torno das traduções bíblicas da Vulgata e da proposta pela então *Trinitarian Bible Society* – Sociedade Bíblica Trinitarista (SBT). A SBBE era uma sociedade interdenominacional, portanto, visava à distribuição de material sem notas explicativas e sem comentários, justamente porque seu objetivo era distribuir porções das Escrituras independentemente de versões. O debate entre ambas as sociedades se inicia quando a SBBE é acusada de estar propagando uma versão que perpetuava os erros da Igreja Católica — neste caso, a Vulgata Latina — principalmente porque,

nessa tradução, ainda estavam presentes os livros deuterocanônicos. A perspectiva da SBT era a de propagar Bíblias sem notas explicativas; contudo, impunha que, dentre os organizadores da Bíblia, estivessem membros protestantes e de confissão trinitarista — isto é, pessoas que professassem a doutrina da Trindade⁷. Além disso, a SBT tinha como meta a tradução da Bíblia a partir das línguas originais — neste caso, o grego e o hebraico. Para esse grupo, não havia uma tradução protestante satisfatória.

Leite (2017) explica que essas controvérsias se estenderam por causa da afirmação da SBT de que as versões católicas não eram a Palavra de Deus, mas apenas aquilo que fosse traduzido a partir dos originais grego e hebraico. Em contrapartida, a SBBE argumentou que o fato de haver erros nas traduções não invalidava a sua admissão. O que fundamentava o debate era que a Vulgata Latina era uma tradução da tradução, e não uma edição feita diretamente a partir das línguas originais, o que, conseqüentemente, segundo eles, resultava em erros de tradução. Mesmo com todas essas controvérsias, a SBBE não desistiu de propagar a versão católica e, posteriormente, uma tradução protestante de João Ferreira de Almeida (1628–1691). Inclusive, no Brasil, a SBBE distribuiu, além da versão Almeida, uma versão do padre Antônio Pereira Figueiredo (1725–1797).

Almeida era um pregador da Igreja Reformada Holandesa nas Índias Orientais e traduziu a primeira versão em português no século XVII, na Batávia. Essa tradução foi feita a partir dos originais, começando em 1681, com a publicação do Novo Testamento em Amesterdão. Posteriormente, após sua morte, por intermédio de Jacobus op den Akker, publicou-se o Antigo Testamento em 1694. A publicação completa da Almeida foi impressa pela primeira vez pela SBBE em

1819. O padre Figueiredo era membro da Congregação do Oratório de Lisboa e se dedicava, desde muito cedo, à filosofia e à teologia, tendo se destacado como um erudito em Portugal. O papa Pio VI aprovou a leitura da Bíblia em língua vulgar, desde que fosse uma versão aprovada pela Santa Sé. Figueiredo ficou responsável pela tradução da Vulgata Latina, a versão aprovada pelo Concílio de Trento (1545–1563). Antes de prosseguirmos sobre as versões da Bíblia, é necessário abrir um parêntese sobre o ocorrido em Trento, justamente para que compreendamos de onde surgiram essas ideias religiosas sobre a Vulgata Latina.

O Concílio de Trento, conforme explica Gerone Junior (2018), foi uma reação da Igreja Católica com o objetivo de reacender o ardor da fé católica. Na perspectiva católica, algo precisava ser feito, e isso aconteceu por meio de um movimento conhecido como Contrarreforma. Neste caso, o termo contrarreforma significa oposição à Reforma ou ao pensamento difundido por Lutero, conforme explica Tillich (2015). Essa reação não ocorreu apenas por causa do protestantismo, mas também devido a questões anteriores, como a Bíblia Complutense — uma versão poliglota que reunia hebraico, grego e latim —, publicada em 1517, e a fundação de ordens religiosas com o objetivo de renovar a Igreja. O Concílio de Trento foi iniciado em dezembro de 1545 e finalizado em 1563. Durante esses anos, ocorreram diversas reuniões de intensa atividade reflexiva e teológica. A reunião de Trento ocorreu em “três fases: 1545 a 1548, 1551 a 1552 e de 1562 a 1563” (Bellitto, 2010, p. 140). Bellitto (2010) explica que a vontade dos protestantes de convocar um concílio, de certa forma, atrapalhou a Igreja Católica de tomar a iniciativa para se reunir, pois ela não queria dar a entender que estava cedendo aos seus críticos. Isso fez com que o concílio ocorresse de forma tardia às reivindicações. Os protestantes

solicitaram a intermediação de autoridades seculares da Alemanha, porém, sem sucesso. Afinal de contas, não era de interesse da Igreja tratar de seus próprios problemas, principalmente porque, entre esses erros, estavam os da cúria papal.

A finalidade do Concílio era tratar de uma alta demanda de questões que foram levantadas em decorrência da Reforma Protestante. Foi nesse Concílio que o Credo de Niceno foi reafirmado, além da profissão de antigas crenças e práticas católicas, como:

Os sete sacramentos foram confirmados, em contraposição à afirmação protestante de que somente o Batismo e a Ceia constituíam os sacramentos. A presença real de Cristo na Eucaristia foi ressaltada e outros ensinamentos da doutrina católica foram discutidos e confirmados. As indulgências, por exemplo, que tinham sido a causa da fixação das teses de Lutero em Wittenberg, foram validadas, com a ressalva de que fossem praticadas com moderação e sem a necessidade de pagamento para obtê-las (Gerone Junior, 2018, p.124).

Gerone Junior (2018) nos esclarece que, dentre essas questões, estava a Bíblia, considerada a principal fonte que fez emergir a Reforma. Sobre ela, o Concílio Tridentino reafirmou o cânon bíblico da Vulgata Latina. Portanto, esse Concílio foi o principal fundamento para a condenação de outras versões não autorizadas pela Igreja. Essa questão levantada também enrijeceu os debates acerca de quais livros deveriam ser aceitos ou rejeitados no cânon. Por esse

motivo, no Concílio de Trento, definiu-se a Vulgata Latina como a versão oficial da Igreja Católica para uso litúrgico, base teológica, catequese e pregação. Essa versão permaneceu até o Concílio Vaticano II (1962–1965). Além disso, Trento reafirmou a Igreja Católica como única intérprete da Bíblia. De acordo com a liderança católica, o objetivo era evitar interpretações equivocadas que prejudicassem a fé dos leigos. Outra questão importantíssima tratada nesse Concílio foi a da autoridade.

No catolicismo, a autoridade não se baseia apenas nas Escrituras, mas também na Tradição e no Magistério da Igreja. Bellitto (2010) afirma que essa Tradição incluía as obras dos grandes padres da Igreja, as declarações feitas pelos papas e os documentos conciliares; ou seja, não se tratava apenas da Bíblia, mas também da tradição e da hierarquia da Igreja. Esse corpo governante (clero católico) é quem decidia o que era incluído e excluído das Escrituras e da Tradição. Parece que essa ideia se estabeleceu posteriormente e foi incluída nos catecismos da Igreja Católica. De acordo com o Catecismo da Igreja Católica (CIC), a Tradição e as Sagradas Escrituras “ambas devem ser aceitas e veneradas com igual sentimento de piedade e reverência” (CIC, 1993, p. 35). Nesta ótica, a Bíblia e a Tradição têm a mesma autoridade; isto é, para o catolicismo, a Tradição e a Bíblia constituem o Patrimônio Sagrado da Fé — o *depositum fidei*. Bellitto (2010) prossegue explicando que, na perspectiva católica, essa autoridade da Igreja era originária da sucessão apostólica, incluía a patrística⁸ e os bispos, e se estendia até os membros do Concílio de Trento.

Retomando a questão das versões das Bíblias Almeida e Figueiredo, a SBBE publicou a versão Almeida do Novo Testamento em 1809. O processo para a impressão completa dela só foi possível em 1819. A

tradução para o português a partir da obra do Novo Testamento de Figueiredo ocorreu em 1818 e, de modo completo, em 1821. As duas edições não continham comentários nem notas de tradutores católicos ou protestantes. Na versão católica, havia sete livros a mais que na versão protestante; esses livros seriam mais tarde removidos pela SBBE, no ano de 1828. As versões, tanto católicas quanto protestantes, foram distribuídas ao longo dos séculos XIX e início do século XX, em Portugal e no Brasil.

Havia uma disposição da SBBE em publicar ambas as versões. Isso se dava porque ela procurava atender a uma diversidade eclesiológica⁹ e até disponibilizar a possibilidade de diferentes interpretações eclesiásticas, o que ressaltava a característica interdenominacional desta entidade. A longo prazo, isso serviria para a aproximação de determinados círculos e possibilitaria a chegada da Bíblia protestante, ou melhor dizendo, uma aceitação da versão protestante. Contudo, não foi bem assim. Ao longo do texto, Leite (2017) esclarece que o problema em relação às Bíblias se dava por causa da “catolicidade” e “protestantização” dos textos bíblicos, que projetavam suas oposições às Sociedades Bíblicas. A autora explica que esses grupos de oposição eram majoritariamente compostos por católicos, que costumavam classificar até mesmo as versões de Figueiredo como falsificadas.

Leite (2017) afirma que, no Brasil, circulou por muito tempo a versão de Figueiredo, pois a versão de Almeida foi rejeitada em preferência à versão católica. O motivo era que a versão Almeida era considerada um texto com ortografia obsoleta e linguagem que carecia de correções e de modernização. As críticas corroboraram para uma busca por aperfeiçoamento da versão de Almeida. Para que não deixasse de distribuir Bíblias, a SBBE decidiu continuar circulando as

versões de Figueiredo, pois era melhor entregar Bíblias a partir da Vulgata do que não distribuir Bíblia nenhuma. Missionários como Robert Kalley utilizaram a versão de Figueiredo no processo de evangelização. Inclusive, era essa a versão à qual as comunidades portuguesas da Ilha da Madeira estavam habituadas em 1850.

Embora houvesse bons resultados com a versão católica, o objetivo da SBBE era traduzir a Bíblia para os portugueses a partir da versão de Almeida e torná-la aceitável para a classe educada e compreensível para as classes mais humildes. Isso ocorreu a partir de 1840, quando a versão protestante passou por um refinamento para correções de erros gramaticais e ortográficos; porém, feito apenas a partir do Novo Testamento. Esse objetivo foi alcançado entre os anos de 1866–1867, em Lisboa, com a produção de 5.000 exemplares. A venda rápida motivou o planejamento para a revisão do Antigo Testamento. Esses dados foram retirados do relatório de vendas de Bíblias de 1867. Contudo, até 1872, não havia qualquer avanço na publicação de uma versão completa. Houve muitos atrasos na tradução do Antigo Testamento por causa de problemas com a revisão, além das questões financeiras, que fizeram prolongar o lançamento para o ano de 1875. Nesse ano, foi publicada a versão “Nova Edição Revista e Correta”. Essa edição apresentava, como resultado, a modernização do texto. Esse processo foi acompanhado de perto pelo Brasil. Porém, mesmo sendo distribuída no Brasil uma nova versão corrigida, os relatórios de vendas de Bíblias de 1877 indicavam uma preferência pela versão de Figueiredo, conforme explica Leite (2017).

Com o sucesso da versão católica, a meta da SBBE era tornar a versão de Almeida ainda melhor. Por isso, investiu em suas revisões, de modo que, na entrada do século XX, segundo Leite (2017), havia

43 edições diferentes em português, em decorrência dos aprimoramentos. Nas edições que circulavam no Brasil, foi impresso um rótulo com a inscrição “Bíblia Sagrada” para ser colocado sobre onde se dizia que a versão era Almeida, pois havia dificuldades de aceitação no Brasil; por esse motivo, optaram por cobrir o nome. Os colportores vendiam as duas versões, pois a SBBE as fazia circular em todo o país. Um projeto de modernização foi iniciado em 1903, em uma parceria entre a SBBE e a Sociedade Bíblica Americana, sendo concluído em 1917. Esse trabalho conjunto resultou na publicação da versão da Bíblia Brasileira. Essa edição foi impressa em Londres, Nova York e no Rio de Janeiro, e posta em circulação no Brasil. Em 1920, havia três traduções da Bíblia: a versão de Figueiredo, a versão de Almeida e a versão Brasileira.

De acordo com Leite (2017), o conflito entre as versões católicas e protestantes continuou a existir, e a estratégia dos colportores era demonstrar, por meio da comparação com o pároco local, que não havia diferenças entre as edições católicas das Bíblias. Inclusive, a versão católica foi, por muito tempo, a de maior distribuição.

4. OS CONFLITOS RELIGIOSOS E CONTROVÉRSIAS

As controvérsias entre católicos e protestantes não são algo exclusivo da contemporaneidade do missionário Tipple. Conflitos entre “o rebanho de Pedro e os filhos de Lutero¹⁰” ocorrem desde a Reforma Protestante. Manifestaram-se de forma agressiva no contexto de Lutero, em Zurique com Ulrico Zuínglio, entre os anabatistas (inclusive vistos como radicais pelos próprios reformadores), posteriormente com a formação do anglicanismo na Inglaterra, com os puritanos, e seguiram para outros lugares onde o protestantismo se instalou. Entendemos que a principal controvérsia

esteja na Bíblia, lida e compreendida pelos protestantes como a autoridade acima de qualquer outra, inclusive do papa. As acusações oriundas do Concílio de Trento (1545–1563) e reafirmadas na Contrarreforma deram argumentos para que o catolicismo pudesse deslegitimar a autoridade que os protestantes atribuíam à Bíblia.

Justamente por esse motivo, Tipple relata que era muito difícil vender qualquer literatura religiosa; às vezes, levava o dia todo para vender um único exemplar da Bíblia. “Precisava a paciência de Jó” (Tipple, 2019, p. 29) — Jó é um personagem que, de acordo com a literatura bíblica, soube esperar e confiar nos cuidados de Deus mesmo diante de muito sofrimento (“Tendes ouvido da paciência de Jó” – Tiago 5:11). Essa alegoria empregada por Tipple tinha a finalidade de afirmar que vender Bíblias era algo extremamente complicado e que exigia muito esforço e empenho do vendedor. De acordo com ele, o motivo era o grande preconceito alimentado pelo catolicismo em relação às versões protestantes da Bíblia.

Em determinados momentos, isso era motivo de debates teológicos entre os missionários protestantes e os padres. Tipple, por exemplo, menciona o reverendo Conrado Manoel de Lima¹¹, que pastoreou a igreja em São José dos Campos, no estado de São Paulo. Ele era colportor e foi companheiro de viagens de Tipple. Conrado é descrito como alguém que tinha muito conhecimento bíblico e costumava convidar os padres para confrontos teológicos. Claro que esses debates, às vezes, tomavam proporções perigosas; em outras ocasiões, era necessário até tomar precauções, principalmente em algumas cidades, pois havia relatos de violência contra vendedores de Bíblias.

Para evitar problemas, a primeira atitude de Tipple ao chegar a uma cidade era solicitar ao prefeito licença para vender. Isso lhe permitia atuar dentro da legalidade. Contudo, caso o prefeito fosse amigo do padre, a permissão era negada. Frederick Glass narra que, quando esteve na cidade de Santa Leopoldina – ES, foi multado por um coletor romanista e teve que pagar “12 mil réis por vender livros sem licença” (Glass, 2018, p. 19). Essa atitude demonstra um certo abuso do poder público por questões relacionadas à fé. Por isso, a amizade com o poder político tornava-se uma estratégia.

Gerone Junior (2024) explica que os protestantes desenvolveram relacionamentos com as autoridades políticas da época. O autor cita o exemplo de Robert Kalley, que foi amigo de Dom Pedro II; do padre Feijó, que tinha proximidade e era influenciado pelos missionários; e de Fletcher, que pertencia a círculos sociais e políticos. Parece que isso foi necessário, em determinados momentos, para que o próprio Tipple se protegesse. Embora não devesse haver impedimentos — afinal, estava em vigor o período republicano, que promulgou, em 15 de novembro de 1889, o decreto 119-A que permitia a liberdade religiosa (essa constituição teve vigência até 1934) —, o texto constitucional assegurava a liberdade religiosa em solo brasileiro, rompendo com o monopólio exclusivo de um credo ao longo dos primeiros quatro séculos. Isso fez com que a Igreja Católica deixasse de ser a religião do Estado e garantisse a liberdade de organização das demais religiões, conforme explica Reimer (2013).

Gomes (2020) afirma que as mudanças legislativas fomentaram ainda mais os conflitos. O protestantismo era visto como causador de desordem social e propagador dos males da modernidade. Como forma de proteger o território, a Igreja Católica assumiu atitudes

antiprotestantes, que se manifestavam tanto em agressões físicas quanto na desqualificação do discurso e dos símbolos religiosos do protestantismo — neste caso, a Bíblia.

Tipple menciona a amizade que desenvolveu com um promotor público da cidade de Piracanjuba, a qual foi necessária, em alguns momentos, para a proteção dos locais de culto. O missionário ensinava inglês ao promotor e praticava com ele o português. Provavelmente, devido à referência à Primeira Guerra Mundial nesse relato — período em que aguardava a vinda de sua futura esposa da Europa —, o episódio tenha ocorrido entre os anos de 1914 e 1918, período em que Tipple esteve em Piracanjuba. Ele cita que tinha uma casa de missões nessa cidade e que um grupo de garotos jogava pedras no telhado. O promotor foi até a escola pública e ameaçou castigar os garotos caso continuassem a perturbar os protestantes. Tipple comenta que até mesmo o padre, após esse episódio, se tornou mais tolerante, pois permitiu que os hereges usassem o cemitério público, em vez de um local cercado por paus do cerrado e completamente inviável nos tempos chuvosos. Embora a questão do cemitério também fosse amparada pela Constituição de 1889.

Tipple afirma que não podia contar com a polícia, pois, para ele, “a polícia consistia dos piores elementos” (Tipple, 2019, p. 69). Ele menciona que o padre da cidade¹² havia enviado um telegrama para a capital, denunciando uma perseguição supostamente promovida por Tipple¹³. Segundo o relato, o delegado instaurou um inquérito e o encaminhou ao governo, porém, nada foi encontrado contra o missionário. O delegado comunicou-se com o ex-presidente do Estado, Dr. Xavier de Almeida (1871–1956)¹⁴, que, de acordo com Tipple, enviou um telegrama à polícia, notificando que ele tinha um

comportamento exemplar. Após esse episódio, houve uma procissão em Morrinhos, e o padre aproveitou a ocasião para planejar um ataque à casa de Tipple. O grupo que seria incitado pelo padre era formado por pessoas que vinham à cidade não apenas por motivos religiosos, mas também para aproveitar momentos de diversão que incluíam bebedices e jogos. Segundo Tipple, o padre teria ido diante de sua casa para excomungá-lo, mas o ataque não chegou às vias de fato devido a um grande temporal que caiu sobre a cidade. Para muitos, de acordo com o missionário, o ocorrido foi interpretado como um castigo divino e, por conta disso, o padre se mudou de Morrinhos. Ribeiro (1981) esclarece que, em muitos momentos, a polícia estava a serviço da intolerância. Os protestantes, às vezes, apelavam a autoridades superiores para fazer valer seu direito de vender Bíblias.

Antes da vinda de Tipple para Morrinhos, quando ainda estava em Piracanjuba — na época chamada Pouso Alto —, ele narra que houve alguns atentados contra sua vida. Tipple descreve um contexto de violência em Goiás e menciona um “credo” segundo o qual, para um rapaz se tornar homem, deveria matar pelo menos uma pessoa. A morte era registrada com um pequeno corte no cabo do revólver. Ele afirma que houve várias tentativas contra sua vida, sendo a primeira nos seus dois primeiros anos de solteiro, provavelmente entre 1914 e 1915, já que se casou em 5 de abril de 1917. Tipple conta que costumava dormir com a janela aberta, confiando que seria guardado pelos “anjos da guarda”. Em certa noite, ouviu alguém movimentar a tranca da porta. Levantou-se imediatamente ao escutar o barulho e ouviu passos de alguém fugindo. No dia seguinte, recebeu informações de que dois homens haviam planejado seu assassinato. Ele também relata que a casa de missões em que atuava foi atacada por homens armados com

facções durante um dos cultos, em um período em que estava viajando. Esse grupo quebrou bancos, destruiu o órgão (instrumento musical) e demoliu a frente da casa.

A rivalidade entre católicos e protestantes torna-se comum justamente por estarem inseridos em um contexto predominantemente católico. Isso evidencia a contínua influência da Igreja Romana em diversas áreas da sociedade, inclusive sobre as autoridades do governo. As questões teológicas não eram as únicas a permear o conflito entre católicos e protestantes; elas foram um meio de desestruturar a nova religião emergente. Havia, portanto, uma motivação cultural – neste caso, a violência –, conflitos teológicos e também interesses políticos — justamente porque havia em mente a tentativa de restaurar os privilégios que o clero católico possuía antes da proclamação da República. A reação católica era esperada, afinal de contas, tratava-se de uma tentativa de proteger aquilo que ela acreditava ser sua perspectiva de verdade religiosa.

Léonard explica que o catolicismo, por muito tempo, manteve uma postura rígida e hostil, recorrendo, em determinados momentos, à violência para defender os seus interesses. Porém, “o povo brasileiro era extremamente sensível à argumentação e a controvérsia, especialmente quando, como era de costume, se apelasse para sua inteligência” (Léonard, 2023, p. 135). As tentativas de apelar para a violência não davam resultado. Com tempo, a Igreja Católica deixou de lado a violência e enveredou-se pelo caminho da controvérsia: a argumentação tornou-se a marca do conflito.

Tipple comenta que não tinha a pretensão de se envolver em polêmicas, conforme cita: “evitávamos qualquer coisa que pudesse

causar escândalo enquanto pregávamos o Evangelho positivo” (Tipple, 2019, p. 71). Contudo, era pouco provável que a exposição de crenças em território católico indiscutivelmente os poupasse de problemas. Em alguns momentos, as polêmicas o alcançavam, de forma que ele era obrigado a assumir uma postura de defesa em relação à sua fé. A exposição do conteúdo evangélico era polemista, justamente por se manifestar contra uma cultura previamente estabelecida. Um exemplo disso foi durante sua pregação na cidade de Goiatuba — na época chamada Bananeiras. Às vezes, Tipple se referia aos católicos como os próprios agentes do “inimigo” — neste caso, o diabo. Ele destaca que esse padre era alguém de cor — negro —, e que esse padre, ao qual não cita o nome, o proibiu de pregar naquela cidade, pois era o “chefe espiritual” daquele lugar. Isso fez com que Tipple reagisse e o respondesse de forma enérgica: “Repliquei que não estava sujeito às ordens de padre, nem bispo, porém, às de nosso Senhor Jesus Cristo, que me mandou dizendo: ‘Ide e pregai o Evangelho a toda criatura’” (Tipple, 2019, p. 57). A fala de Tipple se entende a partir da ótica de um protestante.

Segundo Charles Hodge, “a Palavra de Deus não só é necessária para a salvação, mas é também divinamente eficaz para o cumprimento desse fim” (Hodge, 2001, p. 1367). Nas palavras desse teólogo, o entendimento protestante parte do pressuposto de que a salvação dos homens depende do ensino do Evangelho. A explicação do texto bíblico é um “meio de graça” (Palavra de Deus, sacramentos [ceia e batismo] e a oração) para aqueles que ouvirem e crerem, sendo também uma ordenança divina que estabelece a pregação do Evangelho como meio de salvação. Portanto, o que Tipple está fazendo é, em primeiro lugar, cumprir uma ordenança divina e, em segundo, oferecer aos homens um meio de salvação: a Palavra de Deus como um dos meios de graça. Para os protestantes, os homens

que escreveram a Bíblia foram porta-vozes de Deus, e nela está contido aquilo que é verdadeiro e obrigatório. A Palavra de Deus é compreendida, nessa perspectiva, como o conjunto de livros considerados pelos protestantes como canônicos.

A resposta do padre foi uma acusação que Tipple já ouvira outras vezes: o padre afirmava que ele era portador de uma Bíblia falsa e não da verdadeira — a católica romana. Tipple pediu a versão “verdadeira” e desafiou o padre a demonstrar onde estavam os erros, pois, se encontrassem discordâncias, ele rasgaria a Bíblia, negaria sua crença e iria para a Igreja Católica confessar seus pecados. “Ele tentou fugir do assunto, mas eu coloquei a Bíblia no balcão e o desafiei” (Tipple, 2019, p. 58). Léonard (2023) explica que, quando os padres se deixavam levar para o campo bíblico — terreno que o protestante conhecia muito bem —, acabavam se colocando numa posição complicada, afinal, não conseguiam explicar os dogmas do catolicismo sem recorrer a séculos de história e à tradição, principalmente se a regra do debate fosse usar unicamente a Bíblia.

A questão da “Bíblia falsa” foi uma tática usada como recurso para refrear o protestantismo por meio da desqualificação. Contudo, o recurso dos protestantes era a comparação das versões e a demonstração da concordância entre ambas; isso desestabilizava o argumento dos padres, tanto que o padre, segundo Tipple, não teve o que responder: “chamei a atenção de todos ao fato do Sr. Vigário ter feito uma alegação que não podia sustentar, por não ser verdade” (Tipple, 2019, p. 58). Para Léonard (2023), a controvérsia entre as Bíblias tornou-se tão inútil quanto os atos de violência. Mas, é claro, esteve presente nos discursos católicos.

Uma experiência similar aparece nos escritos de Tipple, desta vez trazendo um debate entre um padre e o missionário Nephtali Vieira. Tipple relata que esse missionário, após ver o padre derrubar um monte de santinhos impressos, sentiu a necessidade de apresentar uma justificativa, afirmando que muitos pensam que a Igreja Católica adora os santos. O missionário debateu com o padre por meio de um texto do Novo Testamento, encontrado em Atos (4:12): "E não há salvação em nenhum outro [Cristo]; porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos". Esse texto provocou um conflito entre o missionário e o padre, que afirmava que ele não compreendia os dogmas da Igreja, motivo pelo qual não entendia a diferença entre adoração e veneração. Provavelmente, a acusação de idolatria era algo presente no discurso protestante; afinal, não seria por acaso que o novo convertido quis destruir a imagem de São Sebastião — situação que ocasionou a fundação da vila de Gamelleira - GO (Cristianópolis).

É possível que uma análise sobre a passagem de Tipple por Trindade-GO, após 1942, amplie a maneira como ele via a questão da veneração aos santos. “Durante os dias de festas da Igreja, se avistavam muitas cenas tristes. Muitos faziam viagens a pé para cumprir promessas. Alguns gatinhavam nas pedras ao redor do santuário com joelhos ensanguentados” (Tipple, 2019, p. 114). Tipple descreve que alguns pregadores recuavam ao sentir o poder das trevas em Trindade; ele mesmo afirma que “sentia naqueles dias um pressentimento mal”, em referência à sua passagem pelas ruas da cidade. Para Tipple, a chegada da Caravana Evangélica era “um esforço para levar a verdadeira luz” a pessoas tão necessitadas. Sua percepção era de que a cidade estava tomada por um “inimigo” que parecia estar vencendo a Igreja Evangélica de Trindade. Ou seja, não

se trata apenas de um espantinho do outro, mas de uma demonização do outro — neste caso, o catolicismo. Tipple relata ainda que os alto-falantes da cidade, de vez em quando, alertavam os peregrinos para que não comprassem as falsas Bíblias dos protestantes.

Dito isso, há uma notável satisfação quando Tipple relata a conversão de católicos. Ele comenta sobre um seminarista chamado Martineis, que foi enviado para a Igreja de Campinas¹⁵, onde Tipple era o pastor na época.

Não é de praxe do Seminário mandar os estudantes para o mesmo campo, pela segunda vez, porém, em cada lugar que o Martineis visitava, acontecia semelhantes prodígios. Havia o caso do fazendeiro em cuja casa ele se hospedou, levando consigo a velha cópia da Bíblia romana. Tão interessado o fazendeiro ficou que largou o serviço durante uma semana a fim de estudarem juntos. Logo tiveram reuniões em sua casa onde os vizinhos também assistiram. Na primeira reunião, o fazendeiro se apresentou à frente, chorando por causa dos seus pecados, e sua esposa o acompanhou. Lançaram fora todas as suas imagens e, depois de um estudo profundo da Bíblia, o fazendeiro levou-a consigo para visitar todos os seus amigos ao redor. Ali contava que ele lhes tinha ensinado erradamente em tempos passados e, agora, queria lhes explicar a verdade (Tipple, 2019, p.138).

Esse trecho deixa claro o desejo de conversão dos católicos por parte de Tipple. Inclusive, percebe-se nele a ênfase na Bíblia; Tipple ressalta que se tratava de uma versão católica, provavelmente para assinalar que não havia diferenças e que, mesmo com a Bíblia católica, seria possível chegar à conclusão de que as imagens eram desnecessárias. A citação demonstra que um estudo profundo da Bíblia levou esse grupo de novos convertidos a abandonar o catolicismo. Mas, diante disso, o catolicismo também desenvolveu estratégias, como a acusação da "Bíblia falsa", que esteve presente em outros locais onde o protestantismo se instalou.

O missionário Robert Kalley, muito importante para a história da Igreja Cristã Evangélica, recebeu a mesma acusação, conforme expõe Moisés Barros (2012, p. 40): “os protestantes eram acusados pelos católicos de possuírem Bíblias falsificadas e de lhes dar interpretações inteiramente equivocadas”. Aqui, é questionada até mesmo a forma como a Bíblia era interpretada, ou seja, tratava-se de uma das maneiras de diminuir a credibilidade dos protestantes. Foi o que Leonardo Ferreira de Jesus (2014, p. 57) identificou em sua dissertação sobre a inserção do protestantismo na Bahia entre os anos de 1862 e 1874, ao explicar que “a estratégia católica foi colocar em xeque a credibilidade das Bíblias utilizadas pelos ‘hereges’ protestantes”. Os grupos católicos acusavam os protestantes de possuírem uma versão truncada e manipulada da Bíblia, sendo essa responsabilidade atribuída às sociedades bíblicas, que teriam colaborado para a difusão desse material mutilado — afinal, faltavam os livros deuterocanônicos. Até mesmo o Novo Testamento, que não é visto como divergente, foi chamado de "Bíblia herética de Nova York". Para o bispo Dom Manoel da Silveira (1807–1875), as Bíblias protestantes eram como escorpiões escondidos sob pedras. Esse mesmo autor publicou um artigo no ano de 2013, intitulado "Folhas

Venenosas: A reação católica à difusão de livros e bíblias protestantes na Bahia na década de 1860"; nesse artigo, ele expõe que a atitude dos protestantes diante dessas acusações foi emitir um convite para que se provasse a falsidade de seus exemplares.

De modo similar, esse debate também ocorre na inserção do presbiterianismo em Laranjeiras/SE. O trabalho de Gicélia Santos Costa, publicado no ano de 2018, explica que as divergências existiam no âmbito da autoridade do texto. Além disso, as visões de certo e errado, do que era verdade e do que era falso, tinham "a Bíblia como base do discurso religioso" (Costa, 2018, p. 108); havia disputas teológicas sobre a quantidade de livros que faziam parte do cânon do Antigo Testamento.

Para combater o protestantismo do Recife, conforme explica Evily Lima Menezes em artigo publicado pela Universidade Católica de Pernambuco, o catolicismo promoveu a queima de 200 exemplares da Bíblia protestante em 1903, ação promovida pela Liga Contra o Protestantismo, deliberada para fundação no Congresso Católico Diocesano no dia 24 de junho de 1902, pelo Frei Capuchinho Celestino de Pedavoli (1874-?). A Liga iniciou seus trabalhos no dia 27 de setembro de 1902 e tinha como objetivo mostrar os erros do protestantismo e manter a verdadeira religião católica. Os debates se desdobraram através dos jornais, envolvendo congregacionais e batistas. As Bíblias queimadas eram de católicos que as haviam recebido do missionário "Salomão Luiz Ginsburg, nome de destaque nos futuros embates com a Liga" (Menezes, 2020, p. 6).

Tipple registra um episódio similar em Gamelleira, assim que permitiram a entrada da Igreja Católica na vila. Isso ocorreu depois de a vila ter se expandido e, com o tempo, os protestantes

permitiram que se instalassem grupos católicos: “alguns residentes foram de mal a pior, houve até perseguições e, numa ocasião, houve queima da bíblia publicamente” (Tipple, 2019, p. 41). Ribeiro (1981) comenta que isso era acompanhado de ações violentas contra a Bíblia: elas eram, primeiramente, apreendidas por persuasão ou intimidação e, posteriormente, queimadas em público.

A acusação de Bíblias falsas ocorreu em outros locais, como no Ceará, nos anos de 1929 e 1944, conforme analisou Matheus Martins Carlos em um artigo publicado com o título de “Maçons e Protestantes numa cidade católica do Interior do Estado do Ceará (1929–1944)”. Também ocorreu em Belo Horizonte/MG, conforme cita Santos (2013, p. 11): “os sujeitos da Igreja Católica justificavam suas violentas ações com a ideia de que as Bíblias distribuídas pelos protestantes seriam falsas e difamavam o nome de Maria”.

Tendo em vista a quantidade de ocorrências a respeito da acusação de falsos exemplares das Bíblias, podemos inferir que se tratava de um padrão nos locais onde o protestantismo se instalou, conforme ocorreu em Goiás. No que tange à questão da Bíblia falsa, ela “se transformou em bandeira e arma contra a presença e a propagação da Bíblia e do protestantismo no país” (Ribeiro, 1981, p. 142).

CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi analisar a controvérsia em torno da acusação, por parte dos católicos, de que os protestantes utilizavam uma Bíblia falsificada. A análise das fontes permitiu constatar que a controvérsia não se centrava propriamente no texto bíblico ou em sua redação, mas constituía uma estratégia discursiva destinada a minar a autoridade e a legitimidade do discurso protestante. Além

disso, identificou-se que esse expediente não se restringiu ao contexto goiano, mas correspondeu a um padrão recorrente em diferentes localidades do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Eron Menezes. **Coronelismo e modernização: 1889-1930**. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998.

ARAÚJO, Ordália Cristina Gonçalves. **História do protestantismo em Goiás (1890-1940)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

ARAÚJO, Ordália Cristina Gonçalves. **Protestantismo no norte goiano: estudo sobre a viagem de Archibald Macintyre (1920)**. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 21, n. 2, p. 644–666, 2016. DOI: 10.5212/Rev.Hist.Reg.v.21i2.0015. Disponível em: [Revista de História Regional](#). Acesso em: 29 jun. 2026.

ARMSTRONG, Karen. **A Bíblia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BARROS, Moisés Alves de Lima. **"Criança queimada tem modo de fogo" - Robert Kalley: táticas, astúcias e identidade religiosas protestantes no Brasil (1855-1876)**. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós-graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande. Paraíba, 2012.

BELLITTO, Christopher M. **História dos 21 Concílios da Igreja: de Niceia ao Vaticano II**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

BONOME, José Roberto. **Viajantes Protestantes e a Cultura Brasileira nos Séculos XIX e XX.** Maringá: Viseu, 2024.

BRAGA; GRUBB. **A República do Brasil: Uma análise da situação religiosa.** Brasília (DF): Editora Monergismo, 2022.

CARVALHO, Heliel Gomes de. **A medicina Missionária Pioneira e o papel da União Evangélica Sul-Americana em Goiás, na primeira metade do século XX.** Goiânia, 2021.

CAVALCANTE, João. **Uma nuvem pequena como a palma da mão.** São José dos Campos (SP): Editora Cristã Evangélica, 2014.

CÉSAR, Elben M. Lenz. **História da evangelização do Brasil: dos jesuítas aos neopentecostais.** Viçosa - MG: Ultimato, 2000.

COSTA, Gicélia Santos. **Protestantes na “Atena Sergipana”: Conflitos Religiosos na inserção do Presbiterianismo em Laranjeiras /SE (1884-1899).** São Paulo: Recriar, 2018.

DIAS, Kamila Gusatti. **História e Memória da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul de Rio Verde - Go (1937-1969).** Goiânia, 2020.

DIAS; ARAÚJO. **Disputas, Permanências e Interpretações: A escrita missionária na interiorização do protestantismo (1884-1900.** In: **SANTOS; CAES (org.) Economia, Sociedade, Cultura, Religião e Relações de Poder na Sociedade Contemporânea: Discussões de nosso tempo.** Curitiba: Editora CRV, 2022.

FAUSTINO, Eslí Pereira. **Os missionários e a fundação da Vila de Gamelleira: A História da Igreja Cristã Evangélica no Brasil.**

Goiânia: Edição do Autor, 2013.

GERONE JUNIOR, Acyr de. **Uma história das Escrituras Sagradas: A atuação das Sociedades Bíblicas no Brasil.** 2018. Tese (Doutorado em Teologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018.

GERONE JUNIOR, Acyr de. **Bíblias e missionários no Império (1822-1889): uma história da chegada do protestantismo ao Brasil do século XIX e seus desdobramentos.** Protestantismo em Revista, v. 49, n. 2, p. 5-29, 2023. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/PR/article/view/2970>. Acesso em: 27 jan. 2025.

GERONE JUNIOR, Acyr de. **Uma História da Primeira Sociedade Bíblica e a Missão de difundir a Bíblia pelo mundo.** Rio de Janeiro: Revista Pós-Escrito, n.10, 2024. Disponível em: <https://revistas.seminariodosul.com.br/index.php/posescrito/article/view/72>. Acessado em: 22 de janeiro de 2025.

GLASS, Frederick. **Aventuras com a Bíblia no Brasil.** São Paulo: Editora Cristã Evangélica, 2018.

GOMES, César. **O veneno da heresia deve ser queimado: o antiprotestantismo católico na imprensa pernambucana (1895-1910).** PLURA: Revista de Estudo de Religião, 2020, p. 90-124.

HAHN, Carl Joseph. **História do Culto Protestante no Brasil.** São Paulo: Editora Aste, 2011.

HODGE, Charles. **Teologia Sistemática.** São Paulo: Hagnos, 2001.

JEDIN, Hubert. **Concílios Ecumênicos: História e Doutrina.** São Paulo: Editora Herder, 1961.

JESUS, Leonardo Ferreira de. **“Folhas venenosas”: a reação católica à difusão de livros e Bíblias protestantes na Bahia na década de 1860.** Bahia: Revista Eletrônica Discente História.com, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/historiacom/article/view/14>. Acessado em: 29 de janeiro de 2025.

JESUS, Leonardo Ferreira de. **“Ventos venenosos”: o catolicismo diante da inserção do protestantismo e do espiritismo na Bahia durante o arcebispado de Dom Manoel Joaquim da Silveira (1862-1874).** Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2014.

LEITE, R. M. **A Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira e as Escrituras em português: o debate entre a “Bíblia protestante” de Almeida e a “Versão autorizada” de Figueiredo (1804-1940).** *Lusitania Sacra*, n. 35, p. 15–54, 2017. Disponível em: <https://revistas.ucp.pt/index.php/lusitaniasacra/article/view/5403>. Acesso em: 22 jan. 2025.

LÉONARD, Émile G. **O protestantismo brasileiro.** 4. ed. São Paulo: ASTE, 2023.

MACINTYRE, T.E. **Igreja Cristã Evangélica no Brasil e Igreja Cristã Evangélica do Brasil: Homenagem aos Pioneiros.** São Paulo: Revista da Escola Dominical, nº7 – ano II – 3º trimestre, 1974.

MATOS, Alderi Souza de. **A caminhada cristã na história: a bíblia, a igreja e a sociedade ontem e hoje.** Viçosa, MG: Ultimato, 2005.

MATOS, Alderi Souza. Erasmo Braga, **O Protestantismo e a Sociedade Brasileira: Perspectivas sobre a Missão da Igreja**. São Paulo: Cultura Cristã, 2008a.

MATOS, Alderi Souza. **Fundamentos da Teologia Histórica**. São Paulo: Mundo Cristão, 2008b.

MENDONÇA, Antônio Gouvêia. **O Celeste Porvir: A Inserção do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Editora Aste, 1995.

MENDONÇA; VELASQUES FILHO. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

MENEZES, Evily Lima. **Tempo de lutar e de queimar: o processo de manutenção do campo religioso católico no Recife (1902-1906)**. Pernambuco: ANPUH, 2020. Disponível em : https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-peeeh2020/1602091419_ARQUIVO_1eb7fa8cef87f64c10fda272fb29663d.pdf. Acesso em: 29 jan. 2025.

PEREIRA, Adriano dos Santos; LEITE, Vlader Nobre; FLORÊNCIO, Roberto Remígio. **Ensaio sobre o cristianismo: uma revisão bibliográfica sobre os livros que diferenciam a Bíblia Católica da Bíblia Protestante**. *Revista Ouricuri*, v. 10, n. 2, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/ouricuri/article/view/10797>. Acesso em: 21 maio 2025. DOI: 10.59360/ouricuri.vol10.i2.a10797.

REIMER, Haroldo. **Liberdade Religiosa na História e nas Constituições do Brasil**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2013.

RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo e cultura brasileira**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.

SIMÕES, Daniel Soares. **O rebanho de Pedro e os filhos de Lutero: o Pe. Júlio Maria De Lombaerde e a polêmica antiprotestante no Brasil (1928- 1944)**. 2008. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

TILLICH, Paul. **História do Pensamento Cristão**. São Paulo: ASTE, 2015.

TILLICH, Paul. **Perspectivas da teologia protestante nos séculos XIX e XX**. São Paulo: ASTE, 2010.

TIPPLE, Archibald. **Bandeirantes da Bíblia no Brasil Central**. Goiânia: Casa Editora Aplic, 1972.

TIPPLE, Archibald. **Bandeirantes da Bíblia no Brasil Central**. Goiânia: Editora e Livraria APAB, 2019.

¹ Pesquisadora da história dos protestantismos no Estado de Goiás a partir da interculturalidade. Participa do grupo de pesquisa do CNPq História indígena e História ambiental: interculturalidade crítica e decolonialidade (PPGH/UFG) e do Laboratório de Pesquisa em Religiões e Modernidades (LAPREM - PPGHIS/UEG). Integra os GTs Ensino de História e Educação e História e Cultura Indígenas da ANPUH-GO. Atualmente é professora titular da Universidade Estadual de Goiás, com atividades na graduação e pós-graduação em História. É orientadora do Programa de Residência Pedagógica (Edital Capes 2022). Possui graduação (1999), mestrado (2004) e doutorado em História (2019) pela Universidade Federal de Goiás.

² Pesquisador do protestantismo regional brasileiro, desenvolvendo estudos na área de história das ideias religiosas. É graduado e mestre em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Sul – Morrinhos (GO).

³ Fonte:

https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/solicitacao_certidoes/lista_passageiros_pesquisa. Acesso em: 15 maio de 2024.

⁴ Vendedores de Bíblias.

⁵ Para mais informações: A medicina Missionária Pioneira e o papel da União Evangélica Sul-Americana de Heliel Gomes de Carvalho (2021).

⁶ Para mais informações: História e Memória da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul de Rio Verde - Go (1937-1969) de Kamila Gusatti Dias (2020).

⁷ Crença que Deus é trino – Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo.

⁸ Grupo posterior aos apóstolos.

⁹ Referente a diversidade de Igrejas.

¹⁰ Termo usado por Simões (2008) para se referir a católicos e protestantes.

¹¹ O Jornal “Elo da Fé” noticiou a morte do Rev. Conrado no dia 19 de fevereiro de 1923, esse colportor nasceu no Estado do Rio de Janeiro,

se casou com Marietta Rosa de Lima em 1906 e foi ordenado a pastor no dia 1º de novembro de 1909, tomou posse da Igreja de São José do Campos no dia 30 de dezembro de 1917. (Elo da Fé, 15 de maio de 1923, ed.2).

¹² Ele não cita o nome do padre e não localizamos outras fontes que indicassem quem fosse esse padre.

¹³ Sobre esse inquérito procuramos nos registros de denúncia no Arquivo Público de Goiânia e não localizamos nenhum boletim de ocorrência e muito menos telegramas.

¹⁴ Para mais informações consultar o livro de Eron Menezes de Amorin – Morrinhos: Coronelismo e Modernidade. Nesse livro o autor traz informações sobre Xavier de Almeida.

¹⁵ Tipple foi para essa Igreja em 1942, após sair de Morrinhos.